

PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO RS

Susana Schneid Scherer – UFPel, Susana_scherer@hotmail.com

Maria de Fátima Cóssio – UFPEL, cossiofatima13@gmail.com

Introdução

Este estudo investigou processos de privatização na formação continuada de professores nas redes municipais de ensino do Estado do Rio Grande do Sul (RS), no Brasil.

O referencial teórico para a pesquisa se embasa em estudos sobre a política educacional e os processos de privatização educacional (ADRIÃO, 2018; BALL; 2018; PERONI, 2018, COSSIO; SCHERER, 2018), com foco na formação de professores (SHIROMA; EVANGELISTA, 2015), sobretudo a continuada. Ness escopo, entende-se que a privatização educacional se trata de projeto de setores interessados no controle pedagógico da educação, bem como na captação de recursos públicos. Tais interesses são marcados por incisões de movimentos como o mercado, que tem a hegemonia nas diretivas para atuar no setor público, mas também por grupos militares e religiosos, que, em momento mais recente, vê-se que tem encontrado espaço e organizado forças para se infiltrarem na educação pública em diferentes frentes - *homeschooling*/educação domiciliar; escolas militarizadas; por dentro da BNCC, etc. – como assinalam estudos de Peroni (2018).

Pesquisas de Peroni (2018) e Adrião (2018) apontam para a recorrência da privatização educacional no Brasil, seja por meio da previsão legal das parcerias público-privadas¹ (PPP's), seja por meio da filantropia, reconfigurando a política educacional. Assim sendo, assume-se, de tal maneira, que no atual momento das disputas entre público e privado, as estratégias envolvem a globalização e o programa neoliberal da Terceira-

¹ As PPP's são uma forma de previsão legal, advinda de medidas do governo em fins de 1990, no contexto da inserção de novos e outros atores na cena pública, inicialmente, via Lei nº 9.637, que dispôs sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado para atuarem como organizações sociais (OS) no setor público por meio de convênios em 1998, seguida pela Lei nº 9.790 de 1999 que, pode-se dizer que aprofundou a atuação privada para além das OS, criando os termos de PPP's e qualificando a criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Outrossim, deve-se dizer que a legislação acerca das PPP's não somente foi aprofundada nacionalmente em 2004 e em 2015, como deu vazão a proliferação de PPP's em estados e municípios ao redor do país (PERONI, 2018).

Via, com um tipo de gestão gerencial, que manifesta a administração tipicamente empresarial, no setor público, o que se caracteriza pela inserção de metas, rankings, planos estratégicos, culto à liderança e ao empreendedorismo, e envolve ainda o ideal de governança, que se traduz pela inserção de atores de fora do Estado para promover esses novos ideais e propósitos (CÓSSIO; SCHERER, 2018).

A metodologia se baseia na técnica de etnografia de redes (BALL, 2014), com o uso de dados virtuais coletados através de informações sobre ações privadas nas redes municipais de ensino do estado do RS em seus sites e notícias na mídia. A coleta de dados foi realizada entre 2019 e 2020, e considerou o levantamento de ações privadas nas redes públicas de ensino se delimitando às gestões entre 2017 e 2020 de 497 municípios compilados pela Fundação das Associações do RS (FAMURS). Após o levantamento, as notícias encontradas foram salvas, e se sistematizou os dados em planilhas, dos quais para este trabalho foi usado o filtro do eixo investigativo sobre a formação de professores.

Considera-se que as lógicas e a atuação do setor privado na formação continuada de professores das redes de ensino são objetos de análises importantes, pois expressam um processo de privatização que altera a profissionalidade docente no que diz respeito à autonomia e à garantia de seus saberes pedagógicos, tal como propõe a LDBEN de 1996 e movimentos em favor da educação pública de qualidade.

Desenvolvimento

Os dados de pesquisa revelaram que o setor privado está presente em 45,4% dos municípios do RS, correspondendo a 224 redes públicas, de 497 redes pesquisadas, com 1027 atividades mapeadas, distribuídas em cinco eixos: formação de professores; compra de vagas na Educação Infantil; materiais didáticos e sistemas apostilados; consultoria/assessoria em gestão educacional; e outros. A formação de professores despontou com 40% do total de ações mapeadas dentre os quatro eixos selecionados previamente, com o total de 302 ações. Importa dizer que se entende que o foco no professor (ROBERTSON, 2012) e na formação de professores desenvolvida pelas redes de ensino é estratégica, e, por isso é recorrente em ações privadas (SHIROMA; EVANGELISTA, 2015).

Do tratamento das ações de formações de professores mapeadas, em relação aos objetivos e dados das notícias, sistematizaram-se três categorias: uma chamada de

mercado, que abrangeu 67,6% das ações; uma de lógicas subjetivas com 6,5% das ações, e outra que apareceu em 29,5% de ações que não foram categorizadas nas outras duas, denominada neste trabalho de “outras ações”.

A categoria de mercado foi identificada em iniciativas como cooperativismo empreendedor, resultados educacionais, tecnologia, boas práticas gerenciais, protagonismo, educação financeira, liderança. A categoria das lógicas subjetivas apareceu com propostas de autoajuda, motivação, habilidades socioemocionais, espiritualidade, meditação. Não encaixadas nestas duas lógicas identificaram-se ações promovidas majoritariamente por Universidades comunitárias em temas como: desenvolvimento infantil, pandemia, educação especial e educação ambiental. Houve lógicas permeando mais de uma categoria, como, a BNCC que foi mapeada tanto com ações na categoria mercado como em lógicas subjetivas.

Concorda-se com Shiroma e Evangelista (2015) quando afirmam que a inserção de sujeitos privados, com *know-how*, muitas vezes de fora da área educacional, para formar professores, sem necessariamente exigir ou mesmo requerer formação pedagógica sólida, ou investimentos em salários, condições de trabalho, faz parte de justificativas para reformar o professor, no contexto maior que é o da reforma educacional.

De tal modo, programas e movimentos para converter o professor e gerar rapidez de respostas e flexibilidade na solução e gestão de problemas cotidianos, para controlar o processo educativo e o sentido da prática docente, investindo fortemente na sua formação, encaminham para a ideia de docente como um reproduzidor do que os currículos padronizados estimam e as avaliações externas e em larga escala abalizam, num contexto que prevê a redução do papel e dos gastos do Estado com os serviços públicos, notadamente por meio da privatização da educação pública e da inserção da lógica de mercado na gestão e na prática pedagógica (SHIROMA; EVANGELISTA, 2015).

Considerações finais

Evidenciou-se que a privatização na e da formação continuada de professores está presente em metade das redes municipais de ensino do estado do RS, e se constitui em um fenômeno importante a ser problematizado, sobretudo acerca dos processos e atores privados envolvidos, podendo-se inferir quanto aos seus possíveis impactos no

projeto de educação democrática, na medida em que nesta perspectiva o professor é entendido como produtor de saberes da sua profissão e não como mero reprodutor segundo uma visão técnica e objetivável da educação, e a escola concebida como locus de formação humana para a inserção ativa e crítica nos diferentes espaços sociais, e, portanto, muito distante do projeto educacional que visa formar pessoas para o exercício do trabalho simples, para o consumo e para a adesão passiva ao contexto que perpetua a desigualdade social (PERONI, 2018).

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

BALL, S. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

_____. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**. v. 3, p. 1-15, 2018.

CÓSSIO, F; SCHERER, S. S. Governança e redes políticas educacionais: um estudo sobre o Estado do Rio Grande do Sul – RS. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 137-149, set./dez, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v21i3.45417>.

PERONI, V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, 2018.

ROBERTSON, Susan L. Situando os Professores nas agendas globais de governança. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 09-24, 2012.

SHIROMA, E; OLINDA, E. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, 2015.